

1
2 **Ata da 36ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades**
3 **realizada nos dias 27 e 28 de fevereiro e 1º de março de 2013.**
4

5 Às nove horas do dia 27 de fevereiro de 2013, no auditório do Ministério das
6 Cidades, nesta cidade, deu-se início aos trabalhos da 36ª Reunião do
7 Conselho das Cidades – ConCidades mediante convocação de seus membros,
8 conforme o Regimento Interno deste Conselho. O Secretário-Executivo do
9 ConCidades, Sr. Carlos Vieira, abriu os trabalhos saudando a todos e todas e
10 convidou representantes dos Segmentos para compor a mesa. Após
11 apreciação, discussão e deliberação, a pauta foi aprovada: 1º dia: Às 9h,
12 abertura dos trabalhos com deliberação e aprovação da pauta proposta; às
13 10h, reunião dos Comitês Técnicos; às 17h, reunião para Sistematização das
14 Resoluções; às 18h, reunião dos Segmentos. 2º Dia: às 9h, discussão da ata
15 da 35ª Reunião do Conselho das Cidades; Tema de conjuntura: A PPP na
16 Política de Desenvolvimento Urbano; às 14h, Aprovação do Texto-Base da 5ª
17 Conferência Nacional das Cidades - 5ª CNC, e, posteriormente, relato da
18 Comissão de Metodologia e Sistematização. 3º Dia: às 9h, apresentação da
19 proposta para a campanha publicitária da 5ª CNC e Relato dos Comitês
20 Técnicos; às 14h, deliberação sobre as resoluções e indicação de delegado
21 para a Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. **Deliberações: 1.**
22 **Primeiro dia:** 1.1. O Secretário Executivo do Conselho iniciou os trabalhos com
23 a apresentação da nova Coordenadora da Secretaria do Conselho das
24 Cidades, a Servidora Isabela Sbampato. 1.2. Passou-se então à leitura da
25 pauta, que foi aberta para discussão e aprovação. Nesse período, surgiu a
26 sugestão de inclusão do tema: “Adesão do Governo do Estado à convocação
27 da Conferência Estadual feita pela Sociedade Civil em São Paulo”. Foi
28 informado que o encaminhamento à questão já tinha sido dado pela
29 Coordenação-Executiva da 5ª Conferência, e por isso, o tema poderia voltar à
30 pauta apenas em forma de recurso. Outro grupo argumentou que o Pleno é
31 soberano e, por isso, poderia incluir o tema na pauta. Não houve consenso
32 sobre o encaminhamento a ser tomado e levou-se o tema à votação com duas
33 propostas: a primeira, sobre a elaboração de recurso para a retomada do
34 assunto, e a segunda sobre a inclusão do tema na pauta; a primeira proposta
35 foi a vencedora, e o tema não foi incluído na pauta, que depois disso, foi votada
36 e aprovada. Passou-se, então, à reunião dos comitês. **2. Segundo dia:** 2.1) A
37 mesa foi aberta com a aprovação da ata da 35ª Reunião do ConCidades. 2.2.)
38 Posteriormente, passou-se ao tema de conjuntura: As Parcerias Público-
39 Privado – PPP, na Política de Desenvolvimento Urbano. Houve três palestras
40 proferidas: João Paulo Resende, Diretor da Unidade de Parceria Público-
41 Privada no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Carlos Zveibil
42 Neto, Diretor da Comissão de Obras Públicas da Câmara Brasileira da Indústria
43 da Construção- CBIC representando a Associação Paulista dos Empresários
44 de Obras Públicas; Edson Aparecido da Silva, Assessor de Saneamento dos
45 Urbanitários. O primeiro palestrante fez uma apresentação didática e
46 esclarecedora sobre o tema das Parcerias Público-Privado, abordando os
47 conceitos, as características, a finalidade, os objetivos, as vantagens, os
48 desafios e as suas limitações. O segundo palestrante tratou da importância de
49 serviços saneamento para a sociedade brasileira, deixando claro que sem o
50 saneamento, o ser humano não vive. Pediu maior participação de outros

51 órgãos para financiamento e incentivo às obras do setor. O ultimo palestrante
52 tratou da necessidade de serviços de saneamento e água disponíveis a toda
53 população, independentemente da sua capacidade de pagamento. Tratou dos
54 desafios de financiamento e das tecnologias para melhorar esse serviço.
55 Terminou com um rol de propostas para melhorar a situação atual. Durante o
56 período de contribuições, uma das conselheiras trouxe ao Pleno uma denúncia
57 sobre contratos de PPP no Estado do Alagoas, especificamente sobre a PPP
58 de Saneamento. Segundo a Conselheira, foi firmada uma PPP de saneamento
59 para captação de água para servir a vários municípios. Entretanto, essa
60 parceria, que ainda deveria estar em estudo, já está em andamento. A situação
61 foi considerada ilegal pela Conselheira, por vários motivos. São eles: o
62 processo de licitação contém vícios, pois não houve ampla concorrência
63 (apenas uma empresa se candidatou); fere a lei da improbidade, da legalidade,
64 da impessoalidade, da moralidade, da eficiência e também fere os direitos
65 humanos. A denúncia foi repassada ao Diretor do Comitê de Saneamento, para
66 providências cabíveis. A conselheira propôs que na próxima reunião do
67 ConCidades seja elaborada uma resolução recomendada ao Ministério das
68 Cidades com o intuito de criar mecanismos que assegurem o Controle Social
69 na elaboração de contratos de PPP. As demais contribuições realizadas foram
70 no argumento de que bens essenciais à vida não devem ser comercializados e
71 que a água é um bem ao qual toda população deve ter acesso. O princípio
72 balizador dessas contratações deve ser a justiça social em detrimento da
73 eficiência. Todos os conselheiros se manifestaram desfavoravelmente à
74 implantação de PPPs no sistema de saneamento ou para substituir bens
75 essenciais à vida. A mesa, ao responder, lembrou que as PPPs não são uma
76 panacéia e que necessário se faz lutar pela qualidade nos serviços prestados.

77 2.3) No período da tarde, o Texto-Base foi apresentado apenas para ciência,
78 tendo em vista que ele já havia sido aprovado na 35ª Reunião do ConCidades
79 e não houve qualquer contribuição sobre ele durante o período determinado
80 pelo Conselho. Assim iniciou-se o relato da reunião da Comissão de
81 Sistematização e Metodologia da Coordenação-Executiva da 5ª Conferência
82 Nacional das Cidades, que apresentou a metodologia a ser adotada na
83 Conferência Nacional bem como nas etapas preparatórias. A metodologia
84 consiste em: 2.3.1. Texto-Base que será objeto de emendas, observando-se o
85 limite de 30 para as conferências municipais e 10 emendas para as
86 conferências estaduais; 2.3.2. Discussão das Prioridades do Ministério das
87 Cidades para a Política de Desenvolvimento Urbano no período 2014-2016, as
88 conferências municipais podem encaminhar até 10 propostas às suas
89 respectivas conferências estaduais que por sua vez podem enviar até 15
90 propostas à etapa nacional; 2.3.3. Discussão das Prioridades Municipais e
91 Estaduais (incluindo o Distrito Federal) para a Política de Desenvolvimento
92 Urbano no período 2014-2016, tanto as conferências estaduais e municipais
93 podem encaminhar um textos às etapas Estadual e Nacional, para
94 conhecimento. **3. Terceiro dia:** 3.1) Apresentação da proposta para a
95 campanha publicitária da 5ª CNC aos conselheiros. Foram apresentadas
96 propostas do filme, spot e peças gráficas. Depois disso, iniciou-se o período de
97 contribuições. Todos parabenizaram a equipe pela promoção de uma
98 campanha dessa magnitude para a 5ª CNC. Os conselheiros registraram a
99 necessidade de se ter o tema da Reforma Urbana exposto nas peças, além de
100 se comunicar claramente o assunto, qual seja: apenas o povo pode mudar a

101 realidade da sua cidade. Surgiram outras sugestões de mudanças no conteúdo
102 das peças e foi acordada uma reunião com a Assessoria de Comunicação do
103 Ministério, a empresa de publicidade e a Comissão de Mobilização e
104 Divulgação da 5ª CNC, com o objetivo de explicar o que eles desejam
105 comunicar com as peças. 3.2) Passou-se então ao relato dos comitês: A) Comitê de Saneamento Ambiental: A.a) Quanto ao PLANSAB, em 21/01/2013,
106 foi publicado o relatório de análise das contribuições recebidas durante os 60
107 dias de consulta pública realizada pela internet. A previsão para publicação do
108 plano é o mês dezembro próximo. A.b) Foi realizado um balanço junto aos
109 municípios acerca do apoio que a Secretaria Nacional de Saneamento
110 Ambiental está dando à elaboração de planos municipais no âmbito do PAC 2.
111 A.c) Ocorrerá visita da Relatora Especial da ONU para direitos humanos à
112 água e saneamento (Catarina Albuquerque) entre 10 e 12 de julho de 2013. Até
113 7 de março os comitês podem enviar contribuições para elaboração de pauta.
114 Depois disso, haverá debate com o MRE. A.d) Balanço de resultados do PAC
115 Saneamento. B) Comitê de Habitação: B.a) Foram apresentadas as metas e
116 prioridades da Secretaria Nacional de Habitação para 2013. Avaliaram a
117 atuação dos Grupos de Trabalhos (GT) de Moradia Social, de Assistência
118 Técnica e de Autogestão. Também ocorreu um informe sobre balanço de
119 aplicação dos recursos. B.b) O debate foi intenso com relação à questão da
120 segurança dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida-
121 PMCMV. B.c) Ressaltaram preocupação com os Planos locais de Habitação de
122 Interesse Social - PLHIS. B.d) Pediram informações sobre a Portaria de
123 Deslocamentos Involuntários e sobre quais serão as providências. A Secretaria
124 Nacional de Habitação informou que a Portaria foi discutida e foi criado um
125 padrão de procedimentos para o tratamento dado as pessoas que precisam ser
126 deslocadas em função de obra de planejamento urbano. Entretanto, foi
127 encontrado óbice pela Consultoria Jurídica deste Ministério em função da
128 norma de contratação, que já impõe a regularidade fundiária antes do início da
129 obra. A Consultoria Jurídica também solicitou às demais Secretarias Nacionais,
130 formalização de suas opiniões sobre aquele texto. C) Comitê de Planejamento Urbano:
131 Realizaram-se duas reuniões. A primeira foi a reunião extraordinária
132 do dia 26/02: C.a) Discutiram o orçamento da SNAPU para 2013. C.b) Houve
133 informe sobre o 8º Seminário de Assistência Técnica. C.c) GT Conflitos: foi
134 apresentado o plano orçamentário. Solicitou-se reunião do GT Conflitos um dia
135 antes ou depois da Reunião da Coordenação da 5ª CNC em abril. C.d)
136 Acessibilidade: apresentaram o estado da arte, documentos relacionados ao
137 tema e avanços. Houve consenso sobre a necessidade de uma maior
138 articulação desse tema com a política fundiária. Solicitou-se a criação de um
139 GT transversal com representantes dos Comitês de Mobilidade, Habitação e
140 Planejamento para tratar do tema. Reunião Ordinária – 27/02: C.e) Discutiram
141 o projeto piloto de regularização fundiária. Foi apresentado o orçamento para
142 2013. D) Comitê de Mobilidade: D.a) Foi informado ao Comitê que tanto a
143 Trensurb quanto a CBTU foram convidados para uma reunião apenas, não
144 tendo ciência que era necessário estarem presentes nas outras reuniões.
145 Lembraram que existe uma resolução solicitando a participação efetiva dessas
146 Instituições e os conselheiros pediram que lhes fosse enviado convite
147 permanente. D.b) Ocorreu um balanço sobre as atividades de 2012 e
148 perspectivas para 2013 e informaram que a Lei Nacional de Mobilidade Urbana
149 foi sancionada. O atual desafio é implementar a política de mobilidade.
150

151 Destacou que a Lei de Mobilidade Urbana deve ser divulgada e um ótimo
152 momento para isso é a 5ª CNC. D.c) Um dos conselheiros sugeriu que a pauta
153 da próxima reunião do comitê fosse sobre o PAC Mobilidade e seus efeitos nos
154 deslocamentos em conjunto com o Departamento de Assuntos Fundiários e o
155 Ministério dos Transportes. 3.3) O Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro,
156 compôs a mesa com o intuito de realizar um balanço dos trabalhos realizados
157 durante a reunião. Palestrou sobre a importância da 5ª Conferência e reiterou a
158 necessidade da participação de todos os municípios brasileiros; comentou a
159 não aprovação de orçamento Federal e sugeriu a construção de um G3 (grupo
160 composto com 3 pessoas) para discutir o orçamento. Os conselheiros
161 lembraram que o conselho tem instituído um GT de Orçamento e pediram que
162 esse fosse reativado. O Ministro conclui que o funcionamento dos GTs do
163 Conselho estaria condicionado a conclusão desse G3 sobre a disponibilidade
164 orçamentária. Durante o período de contribuições, vários conselheiros
165 elogiaram a equipe do Ministério das Cidades frente à 5ª CNC, bem como a
166 Secretaria Executiva do Conselho das Cidades. Sugeriram a gravação de uma
167 fala do Ministro para as Conferências Estaduais, que concordou. 3.4) Após, o
168 Secretário-Executivo do ConCidades, Carlos Vieira, percebeu que faltavam
169 dois pontos de pauta para discussão e reabriu a mesa para findar os assuntos.
170 O primeiro deles foi a Resolução Recomendada nº 121/2011, sobre o Sistema
171 Nacional de Desenvolvimento Urbano. O Dr. Júlio César Ferreira Pereira, da
172 Consultoria Jurídica do Ministério - CONJUR, participou da reunião da
173 Coordenação-Executiva do ConCidades e sugeriu alterações no texto, que
174 julga necessárias para publicação sem qualquer insegurança jurídica. Ele se
175 colocou à disposição do Conselho para orientar sobre as mudanças. Como o
176 advogado não pôde estar presente na reunião do Conselho, Carlos Vieira pediu
177 que o assunto fosse levado para a 37ª Reunião do ConCidades. Carlos Vieira
178 se comprometeu a compartilhar o documento e sugeriu que o tema de
179 conjuntura da próxima reunião do Conselho das Cidades seja o SNDU. 3.5)O
180 membro do Conselho das Cidades, Allan Alcântara/CONAM, foi indicado para
181 ser Delegado na Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. 3.6)
182 Depois disso, os conselheiros apresentaram uma moção em favor da Vila
183 Autódromo, que foi aprovada por aclamação. Os moradores da Comunidade
184 Vila Autódromo estão sendo ameaçados de remoção para que seja construído
185 o Parque Olímpico para as olimpíadas de 2016. Os conselheiros solicitaram
186 uma intervenção do Ministro das Cidades junto ao Prefeito do Rio de Janeiro
187 em favor da Vila Autódromo. **Encaminhamentos:** a) A moção sobre a PPP
188 será reapresentada na próxima Reunião do Conselho. b) Disponibilizar as
189 peças da Campanha Publicitária da 5ª CNC no Portal para as rádios
190 comunitárias usarem. c) Um dos conselheiros propôs que ministério convide
191 todos os representantes dos estados para dialogar sobre as necessidades e
192 desafios de organização da 5ª CNC. d) Os conselheiros, a ASCOM e a
193 empresa de publicidade fariam uma reunião às 16h para alinhar entendimento
194 sobre os pontos da campanha. e) Verificar a possibilidade de construir planos
195 de capacitação para implementação e discussão de planos de saneamento; f)
196 Articular para que a agenda da relatora da ONU receba sugestões do
197 Conselho; g) Verificar a possibilidade de traduzir para o português o livro da
198 relatora Catarina Albuquerque, que trata de boas práticas de água e
199 saneamento; h) Comitê de mobilidade: Pauta da próxima reunião do comitê
200 poderia ser sobre o PAC Mobilidade e seus efeitos nos deslocamentos em

201 conjunto com o Departamento de Assuntos Fundiários e o Ministério dos
202 Transportes; i) Deveria existir uma ação política dentro do governo para falar
203 sobre o SNDU. O êxito da conferencia está relacionado à construção do SNDU;
204 j) Levar para a Reunião da Coordenação Executiva do Conselho proposição de
205 tema de conjuntura abordando as alterações recomendadas pela CONJUR,
206 para possibilitar a homologação da Resolução que cria o SNDU; k) o
207 Secretário-Executivo comprometeu-se em discutir com a CONJUR sobre o
208 retrocesso que representaria a elaboração, pelo GT Ministerial, de uma
209 proposta dissociada da que foi aprovada pelo Conselho; l) foi solicitado que a
210 Portaria que aumenta os recursos do FAR para a construção de equipamentos
211 comunitários no Programa Minha Casa, Minha Vida inclua, também, os
212 empreendimentos operados pelas Entidades; m) Quanto à moção da Vila
213 Autódromo, os conselheiros pediram ao Ministro das Cidades uma intervenção
214 política junto ao prefeito do Rio de Janeiro em favor da comunidade. O
215 Secretário-Executivo considerou cumprida a pauta, agradeceu a presença de
216 todos e deu por encerrada a reunião.

217

218 Brasília, 1º de março de 2013.

219

220

221

222

223

Aguinaldo Ribeiro
Ministro de Estado das Cidades